

Ajuste econômico reduz pagamento

Pelos próximos cinco ou seis anos, a capacidade do Brasil de honrar sua dívida externa será bastante reduzida, devido ao programa de ajuste porque deverá passar a economia. Esse foi o principal recado que a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, transmitiu ontem aos embaixadores dos sete países mais ricos do mundo, com que se reuniu para apresentar a proposta brasileira de renegociação da dívida externa de US\$ 115 bilhões.

Os embaixadores dos Estados Unidos, Japão, Alemanha, França, Inglaterra, Itália e Canadá, segundo um dos participantes da reunião, evitaram comentar o mérito da proposta brasileira, limitando-se a pedir esclarecimentos sobre alguns dos seus detalhes a ministra Zélia. No final do encontro, que durou quase uma hora, a ministra pediu a todos que mantivessem sigilo sobre os temas tratados.

Zélia iniciou sua exposição fazendo um apanhado da evolução da economia brasileira nos últimos anos e explicou que, na visão do Governo, a retomada do desenvolvimento vai exigir alguma paciência dos credores. Em seguida, falou rapidamente sobre as propostas que estão sendo colocadas na mesa de negociações. Coube ao presiden-

te do Banco Central, Ibrahim Eris, explicar, em inglês, maiores detalhes das várias alternativas que estão sendo apresentadas aos bancos comerciais e aos governos dos países credores. De acordo com os números apresentados aos embaixadores, o Brasil deve US\$ 63 bilhões aos bancos comerciais, US\$ 14 bilhões a organismos multilaterais (FMI, Banco Mundial, BID e outros), e US\$ 17 bilhões ao Clube de Paris, que reúne instituições oficiais de crédito. Há ainda uma conta de US\$ 21 bilhões junto a outros credores.

Boa vontade

De acordo com um dos diplomatas presentes ao encontro com a ministra, os governos dos países credores poderão ver com simpatia essa nova tentativa do governo brasileiro de resolver o problema da dívida externa. "Entre os governos, existe já a consciência de que a dívida não poderá ser paga nas condições em que está contratada e por isso há uma tendência de aceitar condições mais favoráveis", disse ele. A boa vontade dos governos poderá ser bastante útil ao Brasil nas negociações com o Clube de Paris, que reúne as instituições credoras oficiais, bem como junto a organismos como o FMI e o Banco Mundial, cujas decisões são prati-

camente controladas pelos países mais ricos.

O Governo está propondo ao Clube de Paris um amplo reescalonamento do débito de US\$ 17 bilhões, com base em duas alternativas: um abatimento dos valores originais, hipótese em que o débito poderia ser quitado em prazo mais curto, ou uma ampliação dos prazos de pagamento, com uma redução das taxas de juros. Recentemente a Polônia conseguiu renegociar suas dívidas oficiais com base num esquema semelhante a esse.

Mais difícil, porém, deverá ser a negociação com os bancos privados, que envolve US\$ 53,5 bilhões devidos pelo setor público. E que, segundo o mesmo diplomata, a proposta de transformação da dívida em "Zero Coupon Bonds" implicaria no estabelecimento de taxas de juros fixas durante todo o período de validade dos títulos, com o pagamento a ser feito de uma só vez, no vencimento dos mesmos. Do ponto de vista dos bancos, observa o diplomata, não é interessante fixar as taxas de juros dos contratos devido a incerteza por que passa a economia mundial. Se os juros de mercado subirem no futuro, os bancos passariam a ter prejuízos por conta da renegociação feita com o Brasil.